

Arquivo-Geral: zelo e ordem na preservação da história trabalhista



Alexandre Gonçalves

Em ação: Jorge Pires Neves é um dos servidores lotados na Coordenadoria de Gestão Documental, Arquivo e Memória



Justiça do Trabalho da Nona Região empossa duas novas desembargadoras

Thereza Cristina Gosdal, egressa do Ministério Público do Trabalho, e Cláudia Cristina Pereira, magistrada de carreira, são as novas integrantes do colegiado de desembargadores do TRT-PR. Ambas assumiram o compromisso de compartilhar experiências bem sucedidas de suas trajetórias e levar adiante o papel conciliador da Justiça do Trabalho.

PÁGINA 3





Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:
Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

*Angélica Betencourt, Alexandre Gonçalves,
Gilberto Bonk, Luiz Munhoz, Marcio Lopes
e Nelson Copruchinski*

Estagiários:

Carolina Pereira, Giuliana Nogara e Lucas Karas

Fotos desta edição:

*Alexandre Gonçalves, Gilberto Bonk,
Inara Passos, Jason Silva e Lucas Karas*

Revisão:

Alexandre Gonçalves, Gilberto Bonk e Marcos Tosi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

*700 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br*

Impressão:

Gráfica Radial

Missão do TRT

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação Social
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3310-7309
ascom@trt9.jus.br

Novas desembargadoras no TRT-PR



Inara Passos

Desembargador presidente Altino Pedrozo dos Santos recepciona Thereza Cristina Gosdal



Inara Passos

Desembargadora vice-presidente Ana Carolina Zaina dá as boas-vindas a Cláudia Cristina Pereira

O TRT do Paraná conta com duas novas desembargadoras, com trajetórias e origens distintas, mas cuja atuação é igualmente movida pelo senso de justiça e pela luta contra todos os tipos de discriminação.

Thereza Cristina Gosdal

Após 16 anos dedicados à Procuradoria Regional do Trabalho, a desembargadora Thereza Cristina Gosdal chega ao TRT para ocupar a vaga do quinto constitucional, destinada a membros do Ministério Público do Trabalho. Para a desembargadora, graduada em Direito e em Ciências Sociais pela UFPR e doutora pela mesma instituição, a magistratura representa um recomeço. “Atende a um desejo que a maturidade trouxe de trabalho um pouco mais compartilhado, desenvolvido em colegiado”, afirmou.

Durante a cerimônia de posse (13 de maio), a nova desembargadora lembrou que o país ainda tem muito

a fazer no combate efetivo à discriminação no mercado de trabalho. “Se em relação ao trabalho da mulher já tivemos grandes avanços, embora ainda não haja plena igualdade entre os gêneros, em relação à discriminação de raças apenas iniciamos o caminho”, afirmou.

Cláudia Cristina Pereira

Graduada em 1988 pela Faculdade de Direito de Curitiba, a desembargadora Cláudia Cristina Pereira iniciou sua carreira na magistratura três anos depois, tendo atuado em Varas do Trabalho de Apucarana, Maringá, Irati e Curitiba. Ocupa agora a cadeira que já pertenceu aos ministros João Oreste Dalazen e Indalécio Gomes Neto e ainda aos ex-presidentes do TRT-PR José Guimarães Falcão e Ney José de Freitas.

“Sempre desejei ser juíza, juíza do trabalho. Aquele primeiro desejo juvenil de tentar fazer o bem se concretizou e, hoje, continuo empenhada nesta luta”, lembrou a nova desembargadora durante posse (9 de junho).



Jason Silva

Thereza Cristina Gosdal discursa durante a cerimônia



Inara Passos

Cláudia Cristina Perreia assina termo de posse

■ Perfil: Juíza Flávia Teixeira de Meiroz Grillo

Agir com justiça, nos tribunais e na vida

É la é carioca, assim como Machado de Assis – e a comparação com o grande romancista brasileiro não é gratuita. Flávia Teixeira de Meiroz Grillo, juíza titular da 3ª Vara do Trabalho de Cascavel desde 2009, é apaixonada por literatura, com apreço especial pelas obras do autor de Dom Casmurro. Uma das frases do bruxo do Cosme Velho – “A primeira glória é a reparação dos erros” – parece se ligar perfeitamente ao trabalho desenvolvido pela magistrada.

Filha de militar, Flávia saiu ainda bebê do Rio de Janeiro para viver em União da Vitória e aos oito anos mudou-se para Curitiba. A rotina de infância ia das aulas de balé no Teatro Guaíra até as tardes intermináveis dentro da Biblioteca Pública do Paraná, onde, após haver esgotado todo o acervo infanto-juvenil, teve liberado o acesso à literatura dos clássicos mesmo antes de completar a idade exigida, contrariando as normas da época.

A escolha pela carreira veio mais tarde e derivou de sua afinidade com a disciplina de Direito do Trabalho durante o curso superior concluído na Faculdade de Direito de Curitiba, além da admiração que sentia por sua tia-madrinha, Joana Vitória de Meiroz Grillo, que também foi juíza do trabalho. “Aos 70 anos de idade, até hoje ela é uma referência muito forte para mim, uma pessoa extremamente amorosa e afetuosa”, diz.

Flávia ingressou no TRT-PR em 1991, como técnica judiciária, mas a inquietude logo a transformou em juíza, em concurso prestado para o regional de Santa Catarina. Desde então, são 19 anos dedicados à solução de conflitos, sempre com os olhos voltados para o equilíbrio e a correção de suas decisões, hábito que carrega para a vida pessoal. “Temos um vício de profissão que nos faz preo-



Prática do hipismo ajuda a driblar o estresse



Juíza ingressou na magistratura em Santa Catarina

cupados, a todo momento, em sermos justos, colocando a reflexão e a avaliação sempre em primeiro lugar, antes de emprendermos qualquer ação”, comenta.

Da pequena São Miguel do Oeste, onde chegou como juíza substituta, transferiu-se para Joinville e, finalmente, conseguiu retornar ao Paraná, passando pelas cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Cascavel. E foi ali, na cidade considerada a “Metrópole do Mercosul”, que Flávia deu vazão a uma de suas maiores paixões: o hipismo rural, atividade que lhe permitiu iniciar a prática das modalidades de tambor e baliza, e da qual nunca mais se afastou. “Meu amor pelos cavalos é muito antiga, e esta atividade me proporciona um relaxamento inigualável, capaz de amenizar qualquer estresse do dia a dia”, assegura a juíza.

Fora das pistas de equitação, Flávia não disfarça seu encanto pela sétima arte, e aponta o cinema francês como o seu predileto. É também da França o local perfeito para viajar, especialmente a região de Provença. Mas quando o assunto é a escolha da cidade para descansar após a aposentadoria, Curitiba surge em primeiro lugar. “O melhor local em que alguém pode estar é onde se encontram os entes queridos”, explica, lembrando que grande parte da família vive na capital paranaense.

Ao ser questionada sobre seu maior sonho, Flávia é enfática. “Devemos avaliar que, muitas vezes, não é mais tempo de sonhar, mas de planejar e executar esse planejamento. Já estou no segundo tempo da existência. Logo chega o momento de parar o jogo, e quando ele parar, quero ir para a prorrogação e para os pênaltis, de forma a aproveitar ao máximo essa partida emocionante que é a vida”, conclui a magistrada.

TRT-PR perde um dos seus pioneiros



O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e toda a comunidade jurídica lamentou, no último dia 18 de junho, a perda de um dos pioneiros da justiça trabalhista paranaense. Pedro Ribeiro Tavares integrou a primeira com-

posição do TRT-PR, em 1976, quando foi criada a Nona Região, presidida pelo juiz Alcides Nunes Guimarães.

O magistrado faleceu na cidade de Cartagena, Colômbia, aos 89 anos. Ex-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região e do TRT-PR (1980-1982), Pedro Ribeiro Tavares foi empossado juiz substituto em 1961, no TRT-SP. No ano seguinte presidiu a então Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, na época subordinada à 2ª Região (São Paulo).

Entre as muitas homenagens que recebeu por ocasião de sua aposentadoria, em 27 de dezembro de 1994, após uma longa carreira dedicada à Justiça do Trabalho, destaca-se um poema de autoria do desembargador Ney José de Freitas, que na época presidia a 17ª Junta de Con-

ciliação e Julgamento de Curitiba. O auditório principal da sede do TRT do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, onde acontecem as sessões do Tribunal Pleno, leva o nome do pioneiro Pedro Ribeiro Tavares.

Aposentadoria não significa esquecimento

Pedra sobre a qual se solidificou o Tribunal
Efusivo com seus amigos

Dedicou-se à magistratura, integralmente

Radical, às vezes, mas, sincero, sempre

Obstinado na defesa de seus princípios

Juiz exemplar, sem dúvida

Ufania por tê-lo como colega

Ideal, plenamente, atingido

Zênite de uma carreira admirável

Ney José de Freitas

*Conte sua história.
E ajude a contar a
história do nosso TRT.*

Divida conosco um fato inesquecível vivido na Justiça do Trabalho. Mande seu relato – escrito, cantado ou filmado – para o e-mail ascom@trt9.jus.br. Os dois melhores “causos” serão premiados na celebração do aniversário do TRT-PR, em setembro.

TRTPR 38
Tribunal Regional do Trabalho *anos*

■ Perfil: Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

"Juiz não é linha de produção"



Inara Passos

"Durante dois anos em que atuei como corregedor, a palavra meta não foi utilizada. Não podemos tratar os juízes como uma linha de produção, é preciso considerar as diferenças de cada um e as diferenças de cada local onde eles atuam". O tom firme e decidido das palavras vem da experiência de 37 anos na Justiça do Trabalho do desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior, em depoimento concedido pouco antes da confirmação de sua aposentadoria, no início de junho.

Jogar para o time, e não só para a torcida, é algo que o magistrado aprendeu ainda "guri", treinando como volante nas categorias de base do Sport Club Internacional de Porto Alegre, time de seu coração, numa época em que Paulo Roberto Falcão ainda começava a forjar o mito em torno da camisa 5.

No período em que vestiu a toga de magistrado o desembargador manteve o mesmo ardor do menino que envergava a camisa colorada: "sou fã da magistratura, sempre exerci esta profissão com muito prazer".

//

Tenho ligação com a Justiça do Trabalho desde que nasci, porque meu tio era juiz do trabalho, minha mãe era servidora da Justiça do Trabalho, um dos irmãos era juiz do trabalho e outro tio era procurador do trabalho. Sou fã da magistratura, fui juiz porque queria ser e exerci essa profissão com muito prazer. É uma carreira pesada sem dúvidas, mas é gratificante para quem tem vocação e gosta do que faz. O cargo de juiz não pode ser um emprego, tem que ser vocação.

De uns tempos para cá tem havido muita cobrança de metas de produção, o que eu acho lamentável. Durante dois anos como corregedor a palavra meta não foi utilizada nunca, nem por mim nem nas atas de correição, porque não é assim que eu acho que as coisas devem funcionar. Não podemos tratar os juízes como uma linha de produção, é preciso considerar as diferenças de cada um e a diferença de cada local onde eles atuam.

O que eu lamento no momento é que a carreira está um tanto emperrada. Nós temos juízes substitutos hoje no Paraná, e certamente pelo País, que recusam promoção, que não se inscrevem para serem promovidos a titular de vara. E isto é perfeitamente compreensível levando em conta as circunstâncias atuais. Há toda aquela peregrinação pelo interior, passando por lugares distantes e menores, podendo demorar até chegar à cidade onde se tem interesse. Demora muito para voltar, então alguns perderam esse interesse.

Em minha opinião, o pior do primeiro grau é a excessiva quantidade de audiências. Existe uma discussão fática desnecessária em praticamente todos os processos. Quase tudo tem prova oral. Mas já foi pior, posso testemunhar que melhorou, diminuiu o número de fraudes, mas continuamos tendo provas produzidas em todos os processos. Em uma ou outra situação é compreensível, mas ainda é demais.

Uma grande sorte que tivemos foi fazer constar na Constituição os direitos fundamentais e o Direito do Trabalho. Eu sempre achei aquilo um exagero mas, se não estivessem na Constituição, estes direitos já não existiriam, porque mexer lá é difícil, está tudo lá, férias, décimo terceiro salário, hora-extra. Aquela onda de flexibilização, que agora passou um pouco, só não atropelou o Direito do Trabalho inteiro no Brasil em razão da inserção dessas normas todas na Constituição. O artigo sétimo da Constituição é na verdade uma CLT.

É preciso ampliar nossa estrutura, principalmente a do Tribunal. Mais do que necessitar de varas, de órgãos de primeiro grau, me parece que o Tribunal precisa ser ampliado. A carga é muito pesada. Isto também é uma forma de travar a carreira, porque poderia ser um tribunal muito maior ofertando um número maior de vagas, um tamanho parecido com o do Rio Grande do Sul, por exemplo. Nós temos 31 desembargadores aqui, enquanto lá, salvo engano, tem 44.

Uma vez um fazendeiro rico, próximo a Campo Mourão, mandou embora o capataz da fazenda por justa causa. O fato alegado: caso com a mulher do patrão. Nunca tinha visto algo assim, eu normalmente não falava com as partes, mas naquela vez foi exceção. Perguntei como é que ele argumentava que a causa de mandar embora era um caso com a mulher dele, como é que iria se expor daquela forma. Mas ele foi até o fim.

Eu disse que não havia prova do caso, o funcionário negou, a mulher estava lá, mas eu preferi não ouvir. Entendi que não tinha prova e o Tribunal manteve a decisão. Tudo indicava que algum caso houve, mas achei um absurdo pretender dar justa causa por traição conjugal. //



Inara Passos

"Cargo de juiz não pode ser emprego, tem que ser vocação"

Time de futebol: Internacional (eu e a família inteira)

Hobby: Viagens e cinema

Prato predileto: Bacalhau

Homenageado pela Sexta Turma



Alexandre Gonçalves

Antes de se aposentar, o desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior recebeu homenagem de colegas do TRT-PR pelos 37 anos de serviços à Justiça do Trabalho. A solenidade aconteceu durante sessão de julgamento da Sexta Turma, em maio.

O presidente da Sexta Turma, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, destacou os anos de dedicação do colega à Justiça do Trabalho e à sociedade, lamentando o seu afastamento precoce das fileiras da magistratura. "Apesar de considerar que o desembargador Dirceu ainda teria muito a contribuir para o

TRT-PR, sabemos que a sua aposentadoria é justa, e só nos resta demonstrar, com essa homenagem, o quanto sentiremos a sua falta", frisou.

Participaram da homenagem os desembargadores Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, Arnor Lima Neto, Sueli Gil El-Rafihi, Francisco Roberto Ermel, Edmilson Antônio de Lima, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Archimedes Castro Campos Júnior e Thereza Cristina Gosdal, além do juiz Ney Fernando Olivé Malhadas e do procurador do Ministério Público do Trabalho, José Cardoso Teixeira Júnior.

Arquivo-Geral do Cajuru

Processos e história preservados

A imagem comum que se faz de um arquivo de processos judiciais e de documentos administrativos não corresponde à realidade do Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Quem vai ao prédio, localizado no bairro Cajuru, em Curitiba, pode estranhar num primeiro momento o fato de não encontrar pilhas de papéis, nem fardos de processos nem a tão temida profusão de ácaros.

O que impressiona o visitante, logo de início, é a limpeza e a ordem do ambiente, além, é claro, da grandiosidade do espaço. São 3.330,18 metros quadrados de área construída, o equivalente a mais de quatro quadras de futebol.

A administração e preservação dos aproximadamente 400 mil autos judiciais, documentos administrativos da capital, livros de acórdãos e fichários utilizados antes da informatização do Tribunal, são realizadas pela Coordenadoria de Gestão Documental, Arquivo e Memória do TRT-PR, vinculada à Secretaria-Geral Judiciária. A coordenadoria foi instituída em atendimento à deliberação do Conselho Nacional de Justiça que, por meio de cooperação com o Conselho Nacional de Arquivos, implementou em 2008 o Programa Nacional de Gestão e Memória do Poder Judiciário (Proname).

O acervo do Arquivo Geral do TRT-PR compõe um patrimônio público que serve como fonte de pesquisa jurídica e histórica. “Os processos refletem um estágio da civilização, um momento político, uma situação cultural e até geográfica”, afirma o presidente da Comissão



Gilberto Bonk

Processo de higienização e restauro de documentos

Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), desembargador Cássio Colombo Filho.

Muitos desses processos antigos guardam documentos importantes para a aposentadoria dos trabalhadores que tiveram seus direitos garantidos através de ação judicial.

A Coordenadoria de Gestão Documental, Arquivo e Memória do TRT-PR, por meio dos setores de Curitiba e das seções de Maringá e Londrina, presta esclarecimento às partes e advogados sobre os processos arquivados, bem como orienta as varas do trabalho do



Alexandre Gonçalves

Mais de 400 mil documentos estão indexados e preservados em centenas de estantes do Arquivo-Geral do Cajuru



Alexandre Gonçalves

Neide Spindola (ao centro) coordena o grupo de servidores de carreira, terceirizados e estagiários do Arquivo-Geral

Paraná no arquivamento dos autos e na gestão de documentos judiciais e administrativos.

O aprimoramento da gestão documental é recente, mas o desembargador Cássio Colombo Filho ressalta que o TRT do Paraná já é destaque entre os regionais. Entre as ações para alcançar a excelência, o magistrado diz que, como presidente da CPAD, só admite no arquivo servidores qualificados e com perfil próprio para trabalhar na área. Do contrário, “corremos o risco de eliminar documentos que não deveriam ser eliminados”.

Um dos objetivos da CPAD é levar o trabalho de gestão documental para o interior do Estado. “A ideia é descentralizar o trabalho de gestão, mantendo arquivos regionais, e sempre adotar políticas de não eliminação”.

A Coordenadoria atende a normas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TRT do Paraná em relação à administração do acervo, incluindo entre outros procedimentos a utilização de critérios que fixam o tempo de guarda de um processo. O período varia de acordo com a complexidade da matéria abordada nos autos, podendo, por exemplo, ser de cinco anos quando se tratar de uma ação corriqueira de equiparação salarial.

Cumprido o prazo e efetuada a análise documental, os autos podem ser eliminados mediante a utilização de critérios sustentáveis, com a reciclagem do material descartado.

No momento, devido à necessidade de análise de todos os autos e documentos do arquivo, não está ocorrendo eliminação no TRT da 9ª Região.

Alguns processos não podem ser eliminados, como é o caso do trabalho em condições análogas à de escravo. Esses processos recebem tratamento especial pelos arquivos e pelo laboratório do Centro de Memória, res-

ponsável pela higiene e conservação dos autos de valor histórico.

No arquivo permanente existem processos desde a década de 1930, que mostram a realidade das relações de trabalho durante as ditaduras militares e a dos trabalhadores na Segunda Guerra Mundial.

Parte desse material está exposta na sede do Tribunal, na Sala de Exposições do Centro de Memória. Além de documentos, o acervo é composto de fotografias e objetos que ilustram momentos marcantes da trajetória do TRT-PR.

FUTURO - A gestão de arquivos na era digital é uma preocupação. “O PJe, infelizmente, não leva em consideração a preservação documental”, afirma o desembargador Cássio Colombo Filho. A saída para gerir o acervo eletrônico é a microfilmagem digital, por ser o método mais seguro para se conservar arquivos digitais. “É o que os bancos usam”, diz o magistrado.

PROJETO HORIZONTES - No Arquivo Geral de Curitiba existem 31 mil processos que estão arquivados provisoriamente. Os autos estão nessa condição porque, à época em que a sentença transitou em julgado, não foi possível cumprir a execução. São casos em que não foram encontrados bens para a penhora ou localizados os devedores.

O Projeto Horizontes visa resolver esses processos. O trabalho de resgate é feito por seis servidores com a ajuda de voluntários, magistrados e servidores aposentados, e com a colaboração de estudantes de Direito. Por meio de uma parceria entre o Tribunal e faculdades de Direito, os acadêmicos têm a oportunidade de estudar um processo do começo ao fim, além de atuarem como conciliadores antes das audiências.

Idealizado pelo desembargador aposentado Márcio Dionísio Gapski, o projeto funciona desde 2011.

PPRA alcança todas as unidades do Paraná

O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) do TRT-PR alcançou no primeiro semestre deste ano todas as unidades da Justiça do Trabalho no interior do Estado, onde já se encontra implantado e em pleno funcionamento.

A Comissão de Saúde informa também que foi cumprida integralmente a meta 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano de 2013, que previa a implementação do programa em pelo menos 65% das unidades judiciárias e administrativas dos TRTs.

Na primeira etapa o PPRA atingiu as unidades de Curitiba, Região Metropolitana, Paranaguá e Ponta Grossa. O programa avalia os riscos que envolvem a saúde dos

servidores nos ambientes de trabalho, incluindo a exposição a agentes físicos, químicos ou biológicos. São observados aspectos como iluminação, conforto térmico, níveis de ruído, poeira e gases, entre outros, e as irregularidades constatadas recebem recomendações de correção, resultando em melhores índices de satisfação e desempenho.

As unidades do TRT-PR em que não houve alterações no panorama de riscos desde a implantação do PPRA passarão agora por um processo de reavaliação. Já as atualizações deverão atingir as unidades onde ocorreram reformas, alterações nas condições de trabalho ou nos ambientes físicos.

TRT do Paraná aplicará PCMSO em unidades de todo o Estado

Está prevista para o segundo semestre de 2014 a aplicação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – em todas as unidades do TRT-PR. O objetivo é promover ações que permitam avaliar as condições de saúde de servidores e magistrados, possibilitando a detecção precoce de agravos à sua saúde e a pronta adoção das medidas corretivas pertinentes. Em 2013, apenas as unidades do TRT-PR em Curitiba, Região Metropolitana da capital, Ponta Grossa e Paranaguá foram incluídas no programa, que foi totalmente desenvolvido pelo setor médico do Tribunal. A expansão do PCMSO para o interior do Estado será realizada com a contratação de médicos que ficarão responsáveis pelo atendimento dos servidores e magistrados, seguindo um cronograma que será divulgado posteriormente.

Edifício-sede do Tribunal ganha posto de atendimento médico

O edifício-sede do TRT-PR em Curitiba (Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528) já conta com uma unidade médica pronta para prestar atendimento básico - verificação de pressão arterial, nível de glicemia e pequenos curativos. O novo posto de saúde possui uma equipe de enfermagem disponível diariamente, das 11h às 18h.

A primeira ação do novo setor foi a medição da pressão arterial de magistrados e servidores, além da distribuição de folders com informações sobre prevenções ao infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral. A visita preventiva feita pelos profissionais de saúde da nova unidade abrangerá todos os setores em funcionamento na sede do Tribunal.

Os profissionais da área médica do TRT-PR estão qualificados para prestar socorro em caso de parada cardiorrespiratória e para fazer uso do desfibrilador. A iniciativa da instalação do posto de atendimento no Edifício Rio Branco é da Seção Médico-Odontológica, com apoio da presidência do Tribunal e da Comissão de Saúde.



Medição da pressão arterial foi feita nos gabinetes

Habilidades sociais

O TRT-PR concluiu em maio sua primeira turma no Treinamento em Habilidades Sociais. A atividade foi oferecida ao público interno do Tribunal e teve a coordenação da equipe de psicólogos da Seção de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional. O curso foi realizado no auditório do prédio da avenida Vicente Machado, 400, em quatro encontros de 90 minutos cada, com o objetivo de aprimorar comportamentos e atitudes que garantam a melhoria da saúde psíquica e da qualidade de vida, tanto no trabalho quanto fora dele.

Durante o curso foram mapeadas as habilidades sociais dos participantes e discutidos temas como a comunicação, o trabalho em equipe, o comportamento assertivo e a prática do feedback, entre outros. "Pretendemos promover um espaço de reflexão e apoio às pessoas para melhorarem suas habilidades de relacionamento. Como parte da sociedade, o ser humano depende dessas relações para se realizar profissional e pessoalmente", destaca Luciana Nunes da Motta Tavares, uma das responsáveis pela elaboração do treinamento.

Ingrid Block Malucelli, do Juízo Auxiliar de Conciliação, elogiou o programa e diz que já percebe modificações em suas relações no ambiente de trabalho. "Você passa a resolver os conflitos de maneira mais calma, aprende a se controlar e evita o desgaste. Se cada um fizer esforços para melhorar a si mesmo, automaticamente estará melhorando o todo. O curso nos mostra que a mudança de comportamento é possível, basta querermos", conta.

Outra participante, Luana de Souza Vieira, da Seção de Cadastramento Patrimonial, destaca vários pontos positivos do treinamento. "Começamos a ficar atentos aos sinais não verbais e desenvolvemos técnicas para nos comunicarmos de forma assertiva, colocando nossos pontos de vista sem desrespeitar a opinião alheia. Além disso, desenvolvemos a empatia, nos colocando no lugar do outro para compreender suas reações e evitar interpretações equivocadas. Com isso, as relações se tornam mais verdadeiras", avalia.

A iniciativa do treinamento foi tão positiva que já existe fila de espera para as novas turmas, que devem ser formadas ao longo do segundo semestre deste ano.

Voluntariado promove inclusão digital



O projeto de inclusão digital Roberto Dala Barba, promovido pela Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental, formou uma nova turma em maio. Foram três meses de aulas de informática e noções de cidadania ministradas por 26 professores voluntários. Jovens e crianças têm contato com ferramentas como Windows, e-mail, Internet e Word, além de aprenderem conceitos sobre acessibilidade e trabalho infantil, entre outros temas. Na foto, alunos e professores.

A arte premiada de Rogério Esmanhotto



Rogério Esmanhotto ao lado da obra "A Gordinha Penteadando-se", que foi exposta no 7º Salão de Artes Visuais de Guarulhos

Inara Passos

Na adolescência, Rogério arriscou uns desenhos e mostrou para a irmã. Empolgada com as obras, a garota levou a novidade ao pai. "Fiquei todo envergonhado, porque os desenhos retratavam o universo de um adolescente. Naquele instante, bloqueei". O pequeno artista pensou que nunca mais desenharia.

No ano da morte do pai, Rogério Esmanhotto retornou definitivamente à sua arte. "Acho que foi para trabalhar a tristeza", diz.

Seu primeiro projeto como pintor foi a criação de 10 telas retratando o purgatório, 10 representando o inferno, 10 o paraíso e, no final, três esculturas. "Por causa do número 33, que representa Cristo", conta Rogério.

Como toda arte, a interpretação não deve ser feita ao pé da letra. As telas sobre inferno simbolizam o inferno na terra, a condição humana. As do purgatório, a conclusão de que, neste mundo, o homem está só de passagem.

"Não quero pintar passarinhos. A minha visão é a que está na tela, é sobre o que quero falar", afirma, enquanto mostra suas obras repletas de elementos enigmáticos, que, segundo ele, seriam projeções do inconsciente. "Fui estudar a psicologia de Jung e muitos símbolos junguianos aparecem nas obras". Num dos

quadros, Rogério mostra a figura de um bobo da corte. "Na psicologia de Jung, o bobo da corte é lido como um elemento que subverte a ordem. Ele destrói o que já está solidificado para trazer uma nova visão".

Mas também existem fases mais amenas em sua arte, como a pintura de um picadeiro representando a vida ou um retrato dos filhos alimentando patos.

Autodidata, em 25 anos de pintura Rogério realizou perto de 20 quadros. Em 2007, ficou em primeiro lugar no Sétimo Salão de Artes Visuais de Guarulhos. "Percebia os olhos dos espectadores brilharem quando entendiam minha pintura".

Esmanhotto já vendeu 10 quadros. "É a maior realização de um artista. Não pelo ganho financeiro, mas pelo fato de alguém gostar tanto de um quadro que você fez a ponto de pagar por ele".

Rogério Esmanhotto é servidor do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná há nove anos. Lotado na Secretaria Administrativa, exerce a função de arquiteto, sua formação acadêmica. Conta que a carreira no Tribunal lhe dá segurança para poder "brincar de artista", além de o ambiente de trabalho também ser fonte de inspiração. "Aqui eu tenho contato com muita gente, é um vasto material humano. Indiretamente, minha arte tem ligação com o Tribunal", finaliza.